

Regulamento Municipal de Atribuição do Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idoso

Preâmbulo

A Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, prevê, na alínea c) do n.º 4 do seu artigo 64.º, que compete à Câmara Municipal participar na prestação de serviços a estratos sociais desfavorecidos ou dependentes, em parceria com as entidades competentes da administração central, e prestar apoio aos referidos estratos sociais, pelos meios adequados e nas condições constantes de regulamento municipal.

Assim sendo, a Câmara Municipal de Viana do Alentejo, atenta que está à situação social e económica dos seus munícipes, nomeadamente os reformados, pensionistas e idosos, pretende contribuir na área das suas competências, com a criação do Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idoso, que garante o direito a uma redução de 50% no pagamento de taxas e tarifas devidas ao município, com vista à melhoria das condições de vida dos seus beneficiários. Pretende ainda levar até junto destes a chamada oficina domiciliária para proceder a pequenas reparações que são necessárias e para as quais é difícil encontrar quem as execute. Com esta medida a autarquia pretende conhecer de perto as necessidades dos mais idosos e ir de encontro às suas necessidades mais básicas, tornando a sua residência num local mais acolhedor e acessível.

Sabemos que por vezes as reparações em causa são mínimas mas ainda assim difíceis de executar por esta camada da população, que já não dispõe de meios para o fazer. Consideramos por isso que o projecto da oficina domiciliária vai proporcionar um maior bem-estar, e uma maior qualidade de vida pela via das reparações nas suas habitações.

Nestes termos, ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 112.º e do artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, do preceituado na Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, e do estabelecido na Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, nomeadamente na alínea c) do n.º 4 do seu artigo 64.º, a Câmara Municipal de Viana do Alentejo, de acordo com o disposto nos artigos 53.º e 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, deliberou aprovar o presente Regulamento.

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Lei Habilitante

O presente regulamento visa alargar os benefícios já existentes por via do Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idoso, dando-lhe uma abrangência maior e encontra suporte legal na alínea c) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Artigo 2.º

Âmbito

Pelo presente regulamento é criado o Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idoso do Concelho de Viana do Alentejo, agora mais abrangente, cujo objectivo é apoiar munícipes reformados, pensionistas e idosos, com residência permanente no concelho de Viana do Alentejo.

Artigo 3.º

Direitos

A atribuição deste Cartão confere aos respectivos titulares os seguintes direitos:

1. Redução de 50% no pagamento de taxas e licenças municipais;
2. Redução de 50% no preço dos bilhetes do cinema;
3. Isenção de pagamento na entrada nas Piscinas Municipais;
4. Acesso à oficina domiciliária para obtenção de pequenas reparações, tais como mudanças de torneiras, colocação de lâmpadas, consertos de tomadas e interruptores, substituição de vidros e fechaduras, arranjo de mobiliário, pequenos serviços de carpintaria e eliminação de pequenas barreiras arquitectónicas;
5. Outros projectos de âmbito social a implementar pela autarquia ou em execução.

CAPÍTULO II

Artigo 4.º

Oficina Domiciliária

- 1 - A Oficina domiciliária tem como principio ajudar os mais idosos nas pequenas reparações do dia-a-dia, quer em pequenas intervenções como por exemplo substituir uma lâmpada ou torneira, quer em intervenções que permitam adaptar as condições das suas habitações à sua condição física actual.
- 2 – Os Serviços da Oficina domiciliária serão prestados pela autarquia de forma gratuita em todas as obras e reparações, por pessoal técnico competente, de forma a garantir a sua eficácia.
- 3 – À Oficina domiciliária será afectada uma viatura.
- 4 – Para obtenção dos serviços da Oficina Domiciliária deverão os interessados dirigir-se à Câmara Municipal e preencher um impresso próprio cujo modelo consta do Anexo III ao presente regulamento, no qual indicarão as reparações que pretendem, enquadráveis nos n.ºs 4 e 5 do artigo 2.º.
- 5 – A Câmara Municipal fará uma verificação domiciliária para aferir a necessidade das reparações solicitadas, através de um técnico devidamente credenciado.
- 6 – A recepção dos pedidos será datada e a resposta aos mesmos será efectuada por ordem da respectiva entrada na Câmara Municipal.
- 7 - Salvo motivos de complexidade ou de impedimento, devidamente justificados, os serviços requisitados no âmbito da oficina domiciliária devem ser satisfeitos pela Câmara Municipal no mais curto prazo de tempo possível.
- 8 - A Câmara Municipal poderá assumir os custos com mão-de-obra e materiais para substituições e/ou reparações até ao valor global de 400,00 €por ano e por habitação.
- 9 - Estão contempladas nas reparações a efectuar pela oficina domiciliária, as referidas no n.º 4 do artigo 2.º, sem prejuízo de outras que a Câmara Municipal venha a considerar que devem ser satisfeitas.
- 10 – As intervenções a que o presente artigo se refere serão efectuadas em habitações próprias e permanentes dos requerentes.

CAPÍTULO III

Condições de acesso

Artigo 5.º

Concessão do Cartão Social

1 – A concessão do Cartão Social depende, cumulativamente, dos seguintes requisitos:

- a) Ser requerido pelo interessado;
- b) Ser residente no Concelho de Viana do Alentejo há pelo menos um ano e estar recenseado numa das freguesias do concelho;
- c) Auferir uma reforma ou pensão igual ou inferior ao salário mínimo nacional.

2 – Se o requerente não auferir qualquer reforma ou pensão e não exercer qualquer actividade profissional, poderá obter o Cartão Social se tiver pelo menos 65 anos de idade e preencher os requisitos constantes das alíneas a) e b) do número anterior.

Artigo 6.º

Organização processual

1 – Só poderá ser titular do Cartão quem assim o requeira e após a obtenção do respectivo deferimento da Câmara Municipal de Viana do Alentejo.

2 – O Cartão tem o modelo constante do Anexo I ao presente regulamento e deverá ser requerido em impresso próprio, existente na Divisão de Acção Sócio - Educativa da Câmara Municipal de Viana do Alentejo, na delegação da Câmara Municipal de Viana do Alentejo em Alcáçovas e na Junta de Freguesia de Aguiar, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 6.º.

3 – O Cartão será válido por dois anos e poderá ser renovado por igual período mediante requerimento do interessado, apresentado com a antecedência mínima de 30 dias relativamente ao término da respectiva validade, se se mantiverem as condições que originaram a concessão do mesmo, constantes do presente Regulamento.

4 – O Cartão é individual e intransmissível.

Artigo 7.º

Documentos necessários para a concessão do Cartão Social

1 – Os requerentes à concessão do Cartão Social deverão apresentar os seguintes documentos, necessários à instrução do seu processo:

a) Requerimento em conformidade com o modelo que consta no Anexo II ao presente regulamento, devidamente preenchido e assinado pelo requerente;

b) Fotocópias do Bilhete de Identidade e do Cartão de Contribuinte;

c) Atestado da Junta de Freguesia que comprove a residência do requerente na área do Concelho de Viana do Alentejo.

d) Fotocópia do cartão de eleitor

2 – À Câmara Municipal assiste o direito de solicitar ao requerente qualquer outro documento, com vista à análise do processo.

Artigo 8.º

Possibilidade de confirmação de declarações

1 – Sempre que os serviços municipais o julgarem necessário, poderão providenciar no sentido de confirmar as declarações de cada requerente, solicitando informações a outras Entidades.

2 – Se comprovadamente se verificar terem existido falsas declarações, o Cartão será apreendido.

Artigo 9.º

Deliberação

1 – A Divisão de Acção Sócio – Educativa da Câmara Municipal procederá à análise dos requerimentos e emitirá parecer sobre a possibilidade de deferimento dos pedidos no prazo máximo de 30 dias úteis após a recepção dos mesmos.

2 – Com base no parecer referido no n.º 1, a Câmara Municipal deliberará.

3 – A violação do prazo referido no n.º 1 não confere ao requerente deferimento tácito.

Artigo 10.º

Penalidades

1 – As fraudes deliberadamente cometidas pelos requerentes com vista à obtenção do Cartão, desde que identificadas e comprovadas pela Câmara Municipal de Viana do Alentejo, através da Divisão de Acção Sócio – Educativa, terão como consequência a interdição quer dos benefícios do referido Cartão, quer de outros apoios da autarquia, pelo período de três anos, sem prejuízo do competente procedimento criminal, se aplicável.

2 – A penalidade prevista no número anterior será deliberada pela Câmara Municipal, mediante proposta da Divisão de Acção Sócio – Educativa, fundamentada e comprovados os factos que lhe deram origem.

CAPÍTULO IV

Disposições finais

Artigo 11.º

Dúvidas

As dúvidas que decorrem da aplicação do presente regulamento serão resolvidas por deliberação da Câmara Municipal de Viana do Alentejo.

Artigo 12.º

Prevalência e revogação

O presente Regulamento sobrepõe-se a qualquer outro regulamento já existente no município de Viana do Alentejo que o contrarie e com a sua entrada em vigor, considera-se revogada toda a regulamentação camarária que contenha disposições em contrário.

Artigo 13.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entrará em vigor 15 dias após a sua publicitação em edital.

ANEXO I
(n.º 2 do art.º 5.º)

CARTÃO SOCIAL DO REFORMADO, PENSIONISTA E IDOSO N.º _____

Titular _____

Residente em _____

Freguesia de _____

Cartão emitido em ____/____/____

O Presidente da
Câmara Municipal de Viana do Alentejo

Bilhete de Identidade n.º _____ de ____/____/____

Contribuinte n.º _____

Cartão de eleitor n.º _____

Assinatura do Titular

Validade ____/____/____

ANEXO II
(n.º 1, alínea a) do art.º 6.º)

Exmo. Sr. Presidente
da Câmara Municipal de Viana do Alentejo

_____, _____ (reformado, pensionista ou idoso), estado _____, nascido a ____/____/____, na freguesia de _____, portador do bilhete de identidade n.º _____, de ____/____/____, emitido pelo arquivo de identificação de _____, válido até ____/____/____, residente em _____, na freguesia de _____, código postal _____-_____, vem requerer a V. Exa. a concessão do Cartão Social do Reformado, Pensionista e Idoso.

Pede deferimento.

Viana do Alentejo, _____ de _____ de _____

Assinatura _____

ANEXO III

Exmo. Sr. Presidente
da Câmara Municipal de Viana do Alentejo

_____, Portador do Cartão do Idoso n.º _____,
residente em _____, na Freguesia de
_____, código postal _____-_____, com o n.º de telefone _____ vem
requerer a V. Exa. a intervenção do seguinte:_____

Pede deferimento.

Viana do Alentejo, _____ de _____ de _____

Assinatura _____

APROVAÇÕES

- Câmara Municipal ____/____/____
- Assembleia Municipal ____/____/____
- Publicitação por edital datado de ____/____/____
- Entrada em vigor do Regulamento ____/____/____